

Os desafios da construção da unidade dos trabalhadores, com autonomia e independência

**Texto apresentado pela Diretoria do Sindicato Nacional, como contribuição ao Caderno de Textos do 25º Congresso do ANDES-SN, a realizar-se, de 5 a 10 de março, em Cuiabá (MT).*

Posicionamentos e ações do ANDES-SN a partir do 24º CONGRESSO

O ANDES-SN, em seu 24º CONGRESSO, aprovou sua desfiliação da CUT e a disposição em continuar “ao longo de 2005, empenhando-se na construção de um pólo de resistência sindical às reformas do governo Lula, na defesa do movimento sindical, autônomo, classista e combativo e que caminhe no sentido da unidade entre trabalhadores do campo e da cidade, do setor público e do privado, bem como de formalizados e precarizados”. Reafirmou, ainda, “seus princípios de autonomia e liberdade frente aos partidos, Estado e patrões” e intensificar, “em conjunto com suas seções sindicais, sua participação em fóruns como a CNESF, CONLUTAS e outros, fóruns estaduais de luta, os de defesa dos serviços públicos, aliados aos movimentos sociais, no combate às reformas do governo Lula: sindical, trabalhista e universitária”. Remeteu “às seções sindicais o debate sobre os desdobramentos dessa desfiliação, as formas de organização dos trabalhadores e dos movimentos sociais e a participação do Sindicato na construção de novos instrumentos de luta”.

O Sindicato assumiu, portanto, o desafio de participar ativamente e sem restrições dos processos que buscam a construção de alternativas para a unidade dos trabalhadores em defesa de seus direitos. Assumiu “o calendário de luta proposto pela CONLUTAS para o enfrentamento das reformas sindical, trabalhista e universitária, buscando intensificar todas as ações que viabilizem a mais ampla unidade em torno do eixo: ‘Em defesa dos direitos dos trabalhadores, da liberdade e da autonomia sindicais, contra a reforma sindical e trabalhista do governo Lula e do FMI’”. Propôs-se “a realizar, no primeiro semestre de 2005, um evento de discussão – sobre concepção sindical, balanço da experiência da CUT e propostas de alternativas organizativas – em articulação com a CONLUTAS, incorporando sindicatos do funcionalismo que compõem a CNESF, mas não aderiram à CONLUTAS, bem como reunindo os setores da esquerda da CUT que assumiram a luta contra as políticas governamentais”. Em 1º e 2 de julho de 2005, foi realizado, em Niterói, o Seminário Alternativo de Organização dos Trabalhadores, que reuniu os setores acima indicados, no qual foi possível observar, pela diferentes visões ali apresentadas, como é grande o desafio de construir um pólo classista no movimento dos trabalhadores.

Os delegados ao 24º CONGRESSO afirmaram no Plano de Lutas do Sindicato a importância de se “defender intransigentemente a democracia como necessidade para que os interesses dos trabalhadores, de fato, se expressem nas organizações sindicais, praticando-a radicalmente em nosso sindicato, com a plena compreensão de que as manobras divisionistas e organizações paralelas que vêm sendo utilizadas por alguns grupos como instrumento de enfraquecimento da nossa luta devem ser rejeitadas com veemência”.

Na atualização do Plano de Lutas, o 50º CONAD aprovou a resolução intitulada “O FAZER-SE DA ALTERNATIVA DE ORGANIZAÇÃO DAS CLASSES TRABALHADORAS NO BRASIL”, que definiu para o ANDES-SN e suas seções sindicais a tarefa de contribuir com o processo de reorganização da classe trabalhadora defendendo “intransigentemente junto aos movimentos sociais e populares os princípios da autonomia e da independência diante do governo, dos partidos políticos e das classes dominantes. Para isso, deverão chamar todas as entidades a romperem integralmente com o governo neoliberal de Lula e atuar efetivamente na reconstrução da unidade da classe trabalhadora com plena liberdade de organização.” Nessa direção, o ANDES-SN e seções

sindicais deveriam continuar “participando da CONLUTAS, dos fóruns estaduais de lutas e dos fóruns em defesa dos serviços públicos, aliando-se aos movimentos sociais, mantendo diálogo com todos aqueles que se opõem às políticas do governo que retiram direitos dos trabalhadores”.

O 50º CONAD definiu a participação no Encontro da CONLUTAS de 18 de agosto de 2005, “intervindo no ponto de conjuntura tendo como base as discussões e resoluções do 50º CONAD. No que se refere ao ponto que discutirá a realização do Congresso da CONLUTAS, o ANDES-SN informará que não tem posição a apresentar e que discutirá tal assunto para deliberar em seu 25º CONGRESSO, em março de 2006.”

O Movimento Docente - MD teve uma participação expressiva no encontro da CONLUTAS, que se realizou um dia após a marcha do dia 17 de agosto, contribuindo nos termos definidos pelo 50º CONAD. Aquele encontro decidiu convocar o congresso da CONLUTAS para o final de abril de 2006, sendo que, posteriormente ficou fixado o período de 5 a 7 de maio de 2006. Uma vez que o posicionamento do ANDES-SN sobre esse congresso será decidido pelo seu 25º CONGRESSO, o MD não está participando dos debates e encontros preparatórios.

O 50º CONAD aprovou a decisão de dar continuidade à realização de “seminários, com ampla convocação à semelhança do que ocorreu em Niterói, para discutir a construção de uma nova alternativa de organização da classe trabalhadora”. O debate deveria, de acordo com o 50º CONAD, tratar dos seguintes pontos: “a) perfil da classe trabalhadora; b) perfil da categoria docente; c) formas de luta travadas hoje; d) formas e experiências de organização; e) princípios e métodos que devem compor uma organização dos trabalhadores; f) composição social de uma nova organização; g) critérios de participação e representação; h) relação da organização com as entidades nacionais e de base”. Para alimentar o debate, a diretoria do ANDES-SN publicou, em novembro de 2005, o caderno 21, intitulado Crise Política e Organização dos Trabalhadores com textos que tratam da nova morfologia do trabalho e as ações coletivas, o trabalho docente em meio à reestruturação produtiva do capital, a experiência de contribuição do ANDES-SN à organização da classe trabalhadora e as lutas sociais na América Latina frente à crise econômica. Foram realizados alguns seminários regionais e em seções sindicais, mas não foi possível realizar um evento nacional sobre o tema antes do 25º CONGRESSO.

A diretoria do ANDES-SN e representantes de seções sindicais estiveram presentes, ao longo de 2005, em atividades nacionais e locais da CONLUTAS, em fóruns estaduais de luta em outras iniciativas de articulação de movimentos, como por exemplo, o encontro da Assembléia Nacional Popular e da Esquerda, em São Paulo, nos dias 24 e 25 de setembro de 2005, que reuniu cerca de 800 militantes do movimento sindical, de movimentos sociais e de organizações políticas. Trata-se de movimento que, segundo a carta aberta do evento, tem por objetivo “rearticular o movimento operário e popular, recuperar a capacidade dos trabalhadores intervirem na conjuntura; reagrupar a esquerda socialista; discutir os problemas teóricos e práticos da atuação política da esquerda socialista e a construção de uma plataforma socialista para o Brasil, que exige a unidade ativa dos trabalhadores do campo e da cidade”. Em todas essas participações, o ANDES-SN tem reiterado sua disposição incondicional em contribuir para a construção de um pólo classista, autônomo e independente que reúna todos aqueles que romperam com o governo Lula. Trata-se de esforço que significa não a construção de uma alternativa ao governo Lula, o que comprometeria a autonomia dos movimentos, mas uma alternativa de organização que seja capaz de restabelecer a unidade da classe, com autonomia e independência, na perspectiva de sua emancipação e pelo socialismo. Isso se constrói na luta, juntando todos que se disponham a lutar por um programa mínimo e unificador das ações que a conjuntura impõe aos trabalhadores e à juventude.

A crise política e as contra-reformas

No início de 2005, o governo enviou ao Congresso Nacional sua proposta de reforma sindical originada no Fórum Nacional do Trabalho. A resistência foi organizada rapidamente por diversos setores do movimento sindical, sendo constituído um amplo movimento que começou a atuar nos debates na Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados e em outras esferas públicas. A crise política, originada nas denúncias de corrupção, alterou a agenda política do país em 2005, e diversos projetos de reformas, como a sindical e a universitária, tiveram seus

encaminhamentos adiados. As perspectivas de tramitação de projetos de reformas no Congresso Nacional, no ano de 2006, são reduzidas devido ao fato de ser ano eleitoral, o que já começa a ter centralidade na agenda política do país. A crise evidenciou que as aprovações das contra-reformas, no Congresso Nacional, desde a reforma da Previdência, em 2003, deram-se à custa de mensalões, trocas de favores, criação e distribuição de cargos, enfim, no tradicional estilo do toma-lá-dá-cá.

Mas, se há retardamento, seja no envio pelo Executivo, seja na tramitação de medidas provisórias e de projetos de lei no Congresso Nacional referentes às reformas universitária e sindical, na prática, tais reformas avançam por diversos meios, formalizados ou não. No que diz respeito à reforma universitária, o ANDES-SN tem insistentemente demonstrado como ela tem sido implantada a despeito de o governo não ter, até o momento, remetido ao Congresso o projeto de lei da reforma da educação superior. Os arcabouços legais referentes aos direitos sindicais dos trabalhadores como das relações trabalhistas continuam praticamente intactos, mas, na prática, mudanças têm ocorrido nas relações sindicais e trabalhistas em nosso país. Da mesma forma como a reforma universitária, as reformas sindical e trabalhista podem se concretizar por meio de diversas medidas específicas e parciais, antes mesmo da aprovação de um projeto global. Como na maior parte do Globo, no Brasil, os direitos dos trabalhadores consagrados em lei jamais atingiram toda a classe e vêm sendo reduzidos nas últimas décadas. As mudanças pretendidas em lei vêm tanto para legitimar práticas existentes como para reduzir direitos das parcelas dos trabalhadores que ainda os têm. O fato é que, independentemente das estruturas legais, não existe economia formal e economia informal como dois sistemas separados possuindo algum sentido a priori e atributos universais. Na política econômica, formalidade e informalidade, cada vez mais, constituem-se mutuamente. Por isso, trabalho formal e informal, ou precarizado e não-precarizado, cada vez mais, estão combinadamente presentes nos mais diversos ramos produtivos e de serviços como, por exemplo, na educação superior. Também são crescentes os cerceamentos aos direitos sindicais dos trabalhadores. Portanto, independentemente da crise política, na prática, aspectos das reformas sindical e trabalhista avançam no Brasil.

No seu esforço de superação da crise, o Planalto, já sem o seu principal articulador e um dos pivôs da crise, José Dirceu, teve que recompor o governo, atendendo às demandas da base aliada e, ainda, contornar os efeitos da crise no interior do principal partido de sua base, o PT, e, ainda que, na própria CUT. Lula, que já havia anteriormente indicado Luiz Marinho para a presidência da CUT, vai intervir diretamente no PT e na CUT. Ele manda seus ministros Tarso Genro e Ricardo Berzoini para a direção do PT com as tarefas de abafar a crise interna, recompor o campo majoritário e, como tal, derrotar as demais candidaturas e manter o controle do partido. Luiz Marinho é chamado para ocupar a Pasta do Trabalho, reforçando os laços que unem central sindical e governo, na perspectiva da retomada da reforma sindical e também da trabalhista.

O consenso construído no Fórum Nacional do Trabalho foi o de promover primeiramente a reforma sindical e, posteriormente, a reforma trabalhista. A crise política, a estagnação da tramitação da reforma sindical, com falta de perspectiva de aprovação no médio prazo e os pífios resultados do crescimento econômico em 2005 têm provocado descontentamento em diversos setores empresariais que passam a pressionar reivindicando a urgência da reforma trabalhista. Pressão semelhante vem do FMI, na voz de Rodrigo de Rato, diretor-gerente do Fundo, em sua visita ao país, no início de janeiro, para participar da solenidade de quitação da dívida do Brasil com o Fundo. Comemorava-se a decisão do governo de antecipar o pagamento de US\$ 15,57 bilhões em dívidas com o FMI, que venceriam até o final de 2007. A credibilidade do país diante dos investidores externos e a possibilidade de um “crescimento sustentado” demandariam, entre outras medidas, maior flexibilização nas relações trabalhistas. Se a crise abalou o consenso, o capital não pretende esperar longo tempo para sua reconstrução. No geral, a política macroeconômica manteve certa imunidade em relação à crise política. A ela não são atribuídos os baixos resultados do crescimento econômico, nas análises comparativas do pensamento econômico liberal em relação aos exemplos de grande crescimento como o da China, mas ao atraso nas reformas que flexibilizam as relações de trabalho. Em outras palavras, comemora-se a boa remuneração do capital financeiro e reclamam-se medidas que supostamente possam propiciar investimentos duradouros, tais como a reforma trabalhista, a maior abertura comercial, como a redução de barreiras, e a redução do crédito direcionado e um Banco Central autônomo no controle das expectativas de inflação. Essas são as recomendações do Fundo.

Os direitos dos trabalhadores brasileiros, ainda que parcos, sua organização sindical e o direito de greve seriam, portanto, os principais obstáculos a serem removidos para a retomada

do crescimento econômico. A continuidade das reformas neoliberais e as formalizações legais das reformas sindical e trabalhista seguirão no próximo governo. Se o atual governo não deu conta de completá-las, Lula ainda é o mais credenciado para promovê-las, devido ao controle de aparelhos dos movimentos sindical e social e, também pela capacidade que seu governo demonstrou para fortalecer a hegemonia do capital financeiro junto ao conjunto da burguesia. O que não tiver sido feito até o final do primeiro mandato poderá ser feito com maior agilidade e profundidade num eventual segundo mandato.

Mas, as dificuldades em dar curso às reformas neoliberais deveram-se não apenas à crise política, mas também à resistência organizada de diversos segmentos sociais, ainda que estas não tenham, ainda, se conformado em grandes mobilizações de massa e de consistência duradoura. As organizações que têm mantido independência em relação ao governo Lula e se opõem à política econômica e às contra-reformas neoliberais tornaram-se alvos de ataques e de disputas orquestradas, sobretudo, pela CUT, que atua como braço sindical do governo. Esses ataques deverão ser intensificados num eventual segundo mandato de Lula, exatamente em razão de sua principal tarefa diante do capital - a da destituição de direitos da classe trabalhadora e a destruição de sua capacidade de luta. Por outro lado, o alinhamento de direções do movimento sindical e de movimentos sociais na sustentação do governo, de sua política econômica e das contra-reformas neoliberais é gerador de crises no interior das organizações, e o papel a ser cumprido por essas direções, no próximo período, na sustentação dessas políticas tende a aprofundar a crise dessas organizações.

A expressão no movimento docente das disputas impostas pelo governo Lula

O ANDES-SN é a organização que mais tem sofrido os ataques destrutivos proferidos pela aliança entre CUT e governo, principalmente a partir da sua desfiliação da Central. Movimentos importantes como, por exemplo, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, pelo concurso de forças que sustentam o governo, foram perdendo a capacidade crítica. Tais forças fizeram do apoio às políticas e ações do governo o centro de sua atividade política. Isso dá centralidade também à proibição à crítica. Os exemplos são vários, dos quais destacamos os seguintes: no momento de enfrentamento dos escândalos de corrupção, chamaram ato contra a corrupção e em apoio a Lula, em 17 de agosto e, na visita de Bush, chamaram ato em que não se podia criticar Lula.

A defesa da escola pública é substituída pelo apoio à reforma universitária, em particular ao PROUNI, como o fizeram as direções da UNE e da CUT, corroborando o privilegiamento aos negócios da educação e o fortalecimento do patronato do setor em todos os níveis, inclusive na repressão às tentativas de organização sindical.

A experiência no setor das IFES é, sem dúvida, a mais significativa desse processo. Jamais, em toda a história do MD, viveu-se tamanha interferência de governo na organização e representação sindical dos professores. Em julho de 2004, o MEC decidiu unilateralmente que, a partir daquele momento, a representação sindical dos professores da carreira de 1º e 2º grau das IFES estava proibida. Esse é o significado exato do impedimento ao ANDES-SN de participar das negociações referentes a esse segmento da categoria. Os professores continuam sindicalizados, mas a participação de seu sindicato em negociações é vetada. Essa posição autoritária do MEC permaneceu em 2005, inclusive durante a greve, a despeito de todas as manifestações feitas junto ao MEC pelo CNG, por moções de assembleias de praticamente todas as seções sindicais em greve e de parlamentares, inclusive da base do governo. Lutar para que essa situação seja revertida permanece atual em 2006.

Também em 2004, é criado o PROIFES, entidade que se proclama fórum de professores e não sindicato. O MEC concede a essa entidade o direito a participar como representação sindical, primeiramente em um GT e, posteriormente, impõe sua participação nas negociações da greve. Nesses dois momentos, ficou evidente a relação umbilical entre PROIFES e MEC, seja pelo fato de que a proposta apresentada pelo governo aos professores era a mesma que a do PROIFES, seja pelo convite especial feito pelo MEC a essa entidade para participação em fóruns instituídos pelo MEC, seja pelos ataques que os dirigentes da entidade recorrentemente dirigem ao ANDES-SN, seja pela definição da construção de uma outra organização sindical na base do ANDES-SN. Diferentemente de governos anteriores, a atual gestão do MEC opera suas políticas estimulando as disputas no meio sindical e, no caso específico das IFES, utiliza-se abertamente do PROIFES.

A política de construção de entidades sindicais paralelas é desenvolvida pela direção majoritária da CUT contra aquelas organizações que não praticam o colaboracionismo em relação ao patronato e ao governo. CUT e governo apostam na destruição do ANDES-SN e, por isso, o impedimento, em 2004 e 2005, da representação dos docentes da carreira de 1º e 2º grau das IFES e, por isso também, o empenho na construção de uma organização sindical paralela.

Compõem também o quadro de investidas contra o ANDES-SN a cassação de seu registro sindical e as demissões de professores nas particulares ao se organizarem sindicalmente no ANDES-SN.

Como o PROIFES, a despeito da declaração inicial de seus dirigentes, atua como entidade sindical sem que o seja formalmente, a necessidade da formalização passou a ser determinante para a definição de suas ações. Seus dirigentes pretendem a construção de uma federação nacional de sindicatos municipais de docentes das IFES. As primeiras tentativas nessa direção foram feitas pelas diretorias da ADUFRGS e da ADUFG em assembléias realizadas no final de 2005. São iniciativas que, até o momento, não foram vitoriosas.

De todo o exposto, as ações que visam ao paralelismo sindical no MD não se constituem em mero problema doméstico. Trata-se da expressão, neste movimento, do processo geral de ataques orquestrados pelo Planalto e pela CUT com vistas à destruição da resistência dos trabalhadores diante das demandas impostas pelo capital.

A maioria dos professores, no entanto, em todas as ocasiões, tem demonstrado conscientemente que não aceita o divisionismo, o desrespeito à democracia e, sobretudo, a subordinação de sua organização sindical aos interesses do governo. Essa foi a experiência da última greve dos docentes das IFES. É o momento de construir ações de luta, que afirmem, na prática, o sindicato como o instrumento legítimo da luta dos professores, reafirmando seu papel e seu lugar nos esforços de organização dos trabalhadores nos termos definidos pelo 24º CONGRESSO e pelo 50º CONAD.

Construindo a unidade dos trabalhadores

Os trabalhadores brasileiros não lograram ainda a construção de um pólo de resistência com capacidade convocatória que promova a unidade em torno de um programa mínimo de enfrentamento das contra-reformas neoliberais e de unificação das diferentes lutas que os trabalhadores continuam promovendo. Perseguir a construção desse pólo é tarefa prioritária dentre as ações do ANDES-SN. Ele não será construído no vácuo, mas sim no calor das lutas dos trabalhadores da cidade e do campo, dos formais e informais, nas vitórias e nas derrotas de cada batalha. É preciso que não haja precondições para a realização da unidade, pois ela é estratégica para a emancipação da classe. É preciso manter intransigentemente a autonomia dos movimentos sindical e populares em relação ao Estado e a toda forma de institucionalidade, aos credos religiosos, bem como em relação a todos os partidos políticos. Um pólo aglutinador, com as características acima, não necessariamente se traduz em uma organização formalizada como uma entidade. Importa que ela seja de luta e que tenha a capacidade convocatória. Em sua trajetória de lutas, o ANDES-SN tem participado de diversos fóruns que, no âmbito de suas atuações, têm possibilitado a unidade nas lutas, sem que sejam entidades formais. O exemplo da CNESF é extremamente importante e cabe aqui recordar um pouco de sua história.

Após a promulgação da atual Constituição em 1988, os servidores públicos começaram a se organizar sindicalmente com base em diversas concepções e tipos de entidades, e o problema da unificação dos servidores federais logo se colocou. Os proponentes da CONDSEF pretendiam que ela fosse a confederação que congregasse todas as entidades sindicais de servidores federais. No entanto, a partir de histórias diferentes, os diversos segmentos construíram outras organizações e os docentes das IFES estavam organizados em um sindicato que congregava e congrega professores de instituições públicas e privadas. As polêmicas e os embates foram muito duros há época, e deixar de ter uma entidade estatutariamente formalizada foi o caminho que possibilitou a realização da unidade dos SPF até hoje. A coordenação foi a solução.

Em outras situações, a construção de uma entidade formal pode ser o caminho para possibilitar a unidade e é preciso que se analise cada situação específica. Congregar forças em pólo na luta real é, como já apontado anteriormente, tarefa urgente e inadiável. Mas, para que esse pólo tenha efetivamente capacidade de congregação de forças e de mobilização, é preciso

que sua construção seja democrática, que respeite as temporalidades diferenciadas dos processos de cada organização e que seja capaz de construir programa efetivamente unificador.

O ANDES-SN está integrado à CONLUTAS e nela defende, como método, a busca da construção da unidade com todos aqueles que se disponham a lutar contra as políticas e reformas neoliberais implementadas pelo governo Lula, sendo essa unidade necessária para a construção do pólo aglutinador que deve ser perseguido. Formalizá-la em uma entidade hoje seria um passo que não implicará necessariamente a sua ampliação e capacidade aglutinativa e de mobilização. Formalizá-la sem respeitar as diferentes temporalidades de integração das organizações ao processo de aglutinação de forças que se pretende construir, pode inibir ao invés de acelerar tal processo. Fazê-lo, seria admitir que ela já possui ampla capacidade de aglutinação de forças. É importante observar que vivemos um contexto diferente daquele que marcou a construção da CUT. Naquela época, vivia-se um ascenso das lutas dos trabalhadores, enquanto hoje, vive-se um descenso. Havia melhores condições para a realização da unidade em relação aos dias de hoje. Os desafios para a organização da classe hoje são, por isso, maiores e mais difíceis. Portanto, a tarefa do ANDES-SN é estar presente em todos os fóruns e espaços que aglutinem os segmentos da classe trabalhadora, da juventude e dos movimentos populares com o objetivo de lutar contra as políticas neoliberais do governo para que possam contribuir para a reorganização da classe trabalhadora respeitando democraticamente os ritmos do processo, tendo por base objetivos comuns fortaleçam a ação independente e autônoma dos trabalhadores no sentido de fazer avançar a luta por uma nova sociedade.

TR - 25 > O 25º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN:

1. posicione-se contrariamente à formalização da CONLUTAS em entidade nesse momento;
2. reafirme sua disposição em empenhar-se na construção de um pólo de resistência sindical e popular ao conjunto das políticas neoliberais do governo Lula, na defesa do movimento sindical, autônomo, classista e combativo e que caminhe no sentido da unidade entre trabalhadores do campo e da cidade, do setor público e do privado, bem como de formalizados e precarizados;
3. deve chamar todas as entidades a romperem integralmente com o governo neoliberal de Lula e atuar efetivamente na reconstrução da unidade da classe trabalhadora com plena liberdade de organização;
4. reafirme seus princípios de autonomia e liberdade frente aos partidos, Estado, patrões e credos religiosos;
5. continue, em conjunto com suas seções sindicais, sua participação em fóruns como a CNESF, a CONLUTAS, a Assembléia Nacional Popular e de Esquerda, fóruns estaduais de luta, os de defesa dos serviços públicos, aliados aos movimentos sociais, no combate às reformas neoliberais do governo Lula: sindical, trabalhista e universitária e em todos que estejam buscando a reorganização da classe trabalhadora nos termos dos itens 1, 2 e 3;
6. participe como observador do Congresso da CONLUTAS apresentando documento que argumentará sobre a inoportunidade da sua transformação em entidade formal, defendendo o método do chamamento à unidade de todas as forças dispostas a construir um pólo com base nos princípios da democracia, da autonomia e da independência de classe que tenha um programa mínimo aglutinador e que seja capaz de cumprir papel protagonista nas lutas sociais;
7. repudie toda forma de ação sindical colaboracionista a serviço da divisão da classe trabalhadora, em particular a que vem sendo tentada em sua base;
8. repudie toda arbitrariedade do governo e patrões em relação à organização sindical dos professores e à sua liberdade de organização;
9. reafirme-se como legítimo representante sindical dos professores a partir de suas deliberações soberanas e exija o respeito a essa representação em todo processo de negociação referente aos interesses de sua base.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.daneprairie.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.